

Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE S.A.

(em fase pré-operacional)

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Senhores acionistas, a Administração da Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.s.as. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Ao encerrarmos o exercício de 2024, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido das controladoras Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda. e ArcelorMittal Brasil S.A., bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

Paracatu, 06 de março de 2025.

Conteúdo

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE S.A.
Paracatu - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

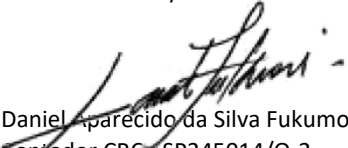
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2025
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE S.A.

Balancos Patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	7	49.070	8	Fornecedores	9	16.498	192
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3	-	Obrigações fiscais		174	9
Impostos a recuperar		19	-	Imposto de renda e contribuição social	14	54	-
Total do ativo circulante		49.092	8	Outras contas a pagar	9	-	12
Imobilizado em andamento	8	103.540	947	Total do passivo circulante		16.726	213
Total do ativo não circulante		103.540	947	Debentures	10	126.467	-
				Total do passivo não circulante		126.467	-
				Patrimônio líquido	11		
				Capital social		8.877	787
				Reserva de retenção de lucros		562	-
				Prejuízos acumulados		-	(45)
				Total do patrimônio líquido		9.439	742
Total do ativo		152.632	955	Total do passivo e patrimônio líquido		152.632	955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE S.A.

Demonstrações de Resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	<u>(47)</u>	<u>(43)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(47)</u>	<u>(43)</u>
Receitas financeiras	13	973	-
Despesas financeiras	13	<u>(2)</u>	<u>(1)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>971</u>	<u>(1)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>924</u>	<u>(44)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	<u>(317)</u>	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u><u>607</u></u>	<u><u>(44)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	607	(44)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>607</u>	<u>(44)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Nota	Capital social		Reserva de lucros		Prejuízos Acumulados	Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>
Subscrição de capital	11.a 1.695	(1.695)	-	-	-	-
Integralização de capital	11.a -	786	-	-	-	786
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(44)	(44)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>1.696</u>	<u>(909)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(45)</u>	<u>742</u>
Subscrição e integralização de capital	11.a 7.181	909	-	-	-	8.090
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	607	607
Destinação para reserva legal	11.b -	-	28	-	(28)	-
Destinação para reserva de retenção de lucros	11.d -	-	-	534	(534)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>8.877</u>	<u>-</u>	<u>28</u>	<u>534</u>	<u>-</u>	<u>9.439</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>924</u>	<u>(44)</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		(19)	1
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		-	192
Obrigações fiscais		165	9
Outras contas a pagar		<u>(12)</u>	<u>11</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>1.058</u>	<u>169</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	14	<u>(266)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>792</u>	<u>169</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo imobilizado	8	<u>(81.783)</u>	<u>(755)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(81.783)</u>	<u>(755)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento			
Captação de debentures	10	122.036	-
Custo de captação de debentures	10	(73)	-
Integralização de capital	11.a	<u>8.090</u>	<u>786</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>130.053</u>	<u>786</u>
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>49.062</u>	<u>8</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	8	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	<u>49.070</u>	<u>8</u>
		<u>49.062</u>	<u>8</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE S.A., (“Companhia”) é uma SPE, constituída na forma de sociedade propósito específico domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais, na Altura do KM 6 da LMG-690, área rural de Paracatu.

A Companhia foi constituída em 06 de setembro de 2022, e tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sob o CEG nº UFV.RS.MG.049203- 5.01

A autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica compreende ao período de 18 de março de 2022 a 18 de março de 2057, ou seja, 35 anos e possui potência total instalada de 44,1 MW.

A Companhia é controlada em conjunto pela Atlas Luiz Carlos Holding 1 S.A que possui 50% das ações da Companhia e pela ArcelorMittal Brasil S.A. que detém os restantes 50% das ações.

Atualmente a Companhia encontra-se em fase pré-operacional.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 06 de março de 2025.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira que é mensurada ao valor justo.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos passivos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 8:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – Nota explicativa nº 8:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2024;
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 16:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

5 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente para o período apresentado e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros; e
- despesa bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

b. Imposto de renda e contribuição social

Lucro presumido

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar estimado sobre a presunção do faturamento da Companhia. O montante dos impostos correntes a pagar são reconhecidos no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A Companhia não possui despesas de depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional.

O imobilizado em andamento registrado pela Companhia corresponde aos gastos ocorridos até o momento para a obtenção de licenças, aquisição de equipamentos e contratação de serviço para a construção das usinas fotovoltaicas. Neste período de construção estes gastos ativados estão sujeitos apenas as eventuais reduções por perda do valor recuperável (*impairment*), caso sejam detectadas evidências substanciais de perda. A depreciação destes ativos iniciará assim que terminar o período de construção e os ativos estiverem nas condições pretendidas pela Administração.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, assim que concluída, será de 30 anos, limitada ao prazo de autorização.

d. Instrumentos Financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

a) Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
---------------------------------	---

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	---

(a) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Os ativos não financeiros da Companhia encontram-se em construção e não apresentam indicativos que o valor contábil possa não ser recuperável.

f. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

6 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

(b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Depósitos à vista (a)	56	8
Aplicações financeiras (b)	<u>49.014</u>	<u>-</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>49.070</u>	<u>8</u>

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 94%, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

8 Imobilizado

Conciliação do valor contábil

Custo de aquisição:	31/12/2022	Adição	31/12/2023	Adições	Juros Capitalizados (b)	31/12/2024
Imobilizado em andamento (a)	-	947	947	98.572	4.021	103.540
Total do imobilizado	-	947	947	98.572	4.021	103.540

- (a) Refere-se a imobilizado em andamento para implementação do parque fotovoltaico.
- (b) Conforme demonstrados na nota explicativa 10.

Conforme previsto na política contábil de imobilizado constante na nota explicativa nº 5.d, a Companhia não reconheceu em 31 de dezembro de 2024 despesas com depreciação, tendo em vista que se encontra em construção.

Com base em fatores internos e externos, a Administração da Companhia não identificou qualquer fator que pudesse indicar perda do valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2024.

9 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	2024	2023
Contratação de serviços e materiais (a)	16.498	25
Fornecedor partes relacionadas (b)	-	167
Total de fornecedores	16.498	192
Outras provisões (c)	-	12
Total de outras contas a pagar	-	12
Total de fornecedores e outras contas a pagar	16.498	204

- (a) Os saldos de materiais e serviços a pagar referem-se, basicamente, às aquisições de materiais e serviços necessários para o processo de construção da Usina Fotovoltaica.
- (b) Conforme nota explicativa nº 15.
- (c) Refere-se a serviços de auditoria.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 16.

10 Debentures

	<u>2024</u>
Notas comerciais com garantia real	
Saldo inicial	-
Financiamentos tomados (principal)	122.519
Juros incorridos no exercício (i)	4.021
Custo de captação	(73)
	<hr/>
Saldo final	126.467
	<hr/>
Circulante	-
Não circulante	126.467

- (i) Conforme demonstrado na nota explicativa 8, o saldo de juros incorridos foram capitalizados.

Ao longo de 2024, a Companhia registrou a emissão de 120.000 Notas Comerciais ao Valor Nominal Unitário (VNU) médio de R\$ 1,017, totalizando o volume de emissão de R\$ 122.036, com prazo de vencimento de 2 anos e um mês contados da data de emissão, com vencimentos semestrais, cujo primeiro vencimento é em 25 de julho de 2026. Em 31 de dezembro de 2024 o Valor Nominal Unitário atualizado é de R\$ 1,054, totalizando o montante de Notas Comerciais de R\$ 126.467.

As Notas Comerciais no montante de R\$ 122.036 com remuneração equivalente a CDI + 2,35% a.a. calculado de forma *pro rata temporis*, com base em 252 dias úteis e vencimento em 25 de julho de 2026. O contrato foi celebrado através da depositária Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e são de distribuição pública, seguindo as condições de mercado para a respectiva transação. Os recursos obtidos com a emissão serão destinados a construção dos parques fotovoltaicos.

Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

<u>Vencimento em:</u>	<u>2024</u>
2026	12.647
2027	25.293
2028	25.293
2029	25.293
2030	25.293
2031	12.647
	<u>126.467</u>

(a) Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As Notas Comerciais serão garantidas por:

- Garantia real;
- Garantia Fidejussória Adicional;
- Alienação fiduciária de Ações da Companhia; e
- Cessão fiduciária e com garantia fidejussória do Complexo Luiz Carlos Holding 1, além dos acionistas FIP e ArcelorMittal Brasil S.A..

O instrumento de emissão estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) qualitativos e quantitativos onde o eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado das Notas Comerciais, contemplando a emissões de novos instrumentos de dívida de qualquer natureza.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as obrigações contratuais.

11 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 8.877 (R\$ 1.696 em 31 de dezembro de 2023), representado por 8.877 mil ações (1.696 mil ações em 31 de dezembro de 2023), nominativas e sem valor nominal. O Capital social integralizado em 31 de dezembro de 2024 é R\$ 8.877 (R\$ 787 em 31 de dezembro de 2023).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia realizou as seguintes subscrições de capital:

- Conforme 1ª alteração contratual, realizada em 31 de maio de 2023, com subscrição de capital social no montante de R\$ 417;
- Conforme 3ª alteração contratual, realizada em 10 de agosto de 2023, com subscrição de capital social no montante de R\$ 40;

- Conforme 4ª alteração contratual, realizada em 22 de setembro de 2023, com subscrição de capital social no montante de R\$ 1.238.
- Conforme assembleia geral extraordinária, realizada em 28 de junho de 2024, com subscrição de capital social no montante de R\$ 6.006; e
- Conforme assembleia geral extraordinária, realizada em 31 de dezembro de 2024, com subscrição de capital social no montante de R\$ 1.175.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito está totalmente integralizado.

A Companhia integralizou ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 capital social no montante de R\$ 8.090 (R\$ 786 ao longo de 2023), por meio de transferência bancária realizada pela controladora Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda.

b. Reserva Legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido será destinado a reserva legal no término do exercício fiscal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou o lucro de R\$ 607. Mediante a este fato, após a compensação dos prejuízos acumulados a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$ 28.

c. Dividendos

(i) Dividendos mínimos obrigatórios:

Conforme previsto no inciso II do parágrafo 3º do artigo 202 da Lei 6.404/76 a Companhia não destinou dividendos no presente exercício, uma vez que se encontra em fase pré-operacional, assim como a necessidade de investimentos expressivos em seu ativo imobilizado.

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia destinou para reserva de retenção de lucros R\$ 534 (prejuízo de R\$ 44 em 31 de dezembro de 2023).

12 Despesas gerais e administrativas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas de contabilidade e auditoria	(47)	(43)
Total	<u>(47)</u>	<u>(43)</u>

13 Receitas financeiras e despesas financeiras

	2024	2023
Receita financeira		
Rendimento sobre aplicações financeiras	973	-
	973	-
Despesas financeira		
Despesas bancárias	(2)	(1)
	(2)	(1)
Resultado financeiro, líquido	971	(1)

14 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2024 o montante remanescente a pagar do Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$54 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

Apuração pelo lucro presumido

	2024
Demais receitas – (a)	1.015
Base de cálculo do IRPJ (a)	1.015
Imposto de renda a alíquota de 15%	(148)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(78)
Total IRPJ	(226)
Base de cálculo da CSLL (c) + (d)	1.015
Contribuição social a alíquota de 9%	(91)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(317)
Alíquota efetiva (*)	31%

(*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita bruta (a) e Demais receitas (d).

15 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

As controladoras diretas são a Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda. e a ArcelorMittal Brasil S.A.

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se os diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para o exercício findo em 2024 e 2023 não foram fixadas remunerações. Todos os pagamentos foram realizados pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A. Todos os pagamentos foram realizados pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

c. Operações com partes relacionadas

	Contas a pagar (a)	
	2024	2023
<i><u>Operações intercompany – Nacional</u></i>		
Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia Ltda.	-	167
Total	-	167

(a) Refere-se a aquisição de ativos realizados pela Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia Ltda e repassado para a Companhia. Os saldos estão reconhecidos em fornecedores a pagar, conforme nota explicativa nº 9.

16 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Como o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se aproximam do valor contábil não foi incluído informações sobre o valor justos desses instrumentos financeiros.

	Nota	2024 - Valor contábil		2023 - Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	7	49.014	56	-	8
Total		49.014	56	-	8
Passivos					
Fornecedores	9	-	14.980	-	192
Debentures	10	-	126.467	-	-
Outras contas a pagar	9	-	-	-	12
Total		-	141.447	-	204

	Nível hierárquico do valor justo	2024 - Valor contábil e valor justo		2023 - Valor contábil e valor justo	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	49.070	49.070	8	8
Total		49.070	49.070	8	8
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	14.980	14.980	192	192
Debentures		126.467	126.467	-	-
Outras contas a pagar	Nível 2	-	-	12	12
Total		141.447	141.447	204	204

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não aplicável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

i. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	49.070	8
Total	49.070	8

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Companhia prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

ii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2024

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				Mais que 10 anos
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 Anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	14.980	14.980	14.980	-	-	-
Debêntures	126.467	126.467	-	126.467	-	-
	141.447	141.447	14.980	126.467	-	-

31 de dezembro de 2023

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				Mais que 10 anos
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 Anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	192	192	192	-	-	-
Outras contas a pagar	12	12	12	-	-	-
	204	204	204	-	-	-

iii. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

iv. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação (*IFRS 7-Financial Instruments: Disclosures*), a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros	Variação 31/12/2024	Cenário Provável 31/12/2025	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices CDI (b)	12,15%	14,75%	14,75%	18,44%	22,13%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2024	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Debentures	CDI	126.467	10.750	13.437	16.125	(13.437)	(16.125)

Risco de redução (ativo)	Índice	Saldos em 31/12/2024	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Aplicações financeiras	CDI	49.014	7.230	9.037	10.844	(9.037)	(10.844)

(a) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

17 Contingências

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2024 e 2023 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

18 Demonstração dos fluxos de caixa

a) Informações suplementares

Transações que não envolvem caixa:

	2024	2023
Juros incorridos sobre debêntures	4.021	-
Fornecedores	16.306	192
Imobilizado	(20.327)	(192)

19 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2025	2026	2027	2028	2029	Total
TUST/TUSD (a)	(798)	(2.397)	(2.513)	(2.824)	(164.599)	(173.131)
Seguros e garantias (b)	(172)	(528)	(545)	(563)	(31.564)	(33.372)
Contratos de (O&M) (c)	(228)	(700)	(723)	(747)	(47.320)	(49.718)
Arrendamento (d)	-	(515)	(532)	(550)	(30.808)	(32.405)
Outros (e)	(166)	(1.093)	(1.035)	(976)	(40.402)	(43.672)
Total	(1.364)	(5.233)	(5.348)	(5.660)	(314.693)	(332.298)

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2025 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026 (julho/24 a junho/25) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2025 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2024/2025.

b) Seguros e garantias

A Companhia possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

c) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

d) Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

e) Outros

A Companhia possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *